

Resenha da obra: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medlege (Orgs.). **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: UnB, 2017. 360p.

Memória: interfaces no campo da informação

Patrícia Saldanha

patriciasaldanha74@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6917099895284919>

<https://orcid.org/0000-0002-1953-1827>

Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa

rodrigo.caxias@ufrgs.br

<http://lattes.cnpq.br/0569672544113959>

<https://orcid.org/0000-0001-6872-4054>

Submetido: 09 jun. 2020

Publicado: 06 out. 2020

O livro “Memórias: interfaces no campo da informação”, com prefácio de Rafael Capurro e organizado por Eliane Braga de Oliveira e Georgete Medlege Rodrigues, reúne contribuições teóricas de autores nacionais e internacionais, abordando o tema da memória na perspectiva da Ciência da Informação. A proposta da obra complexifica relações acerca do conceito de memória, bem como problematiza práticas efetivadas em espaços de memória como bibliotecas, arquivos e museus. Dividida em dez capítulos, os textos problematizam as relações entre memória, informação e Ciência da Informação.

Ana Flávia Dias Zammataro e Silvana Drumond Monteiro trazem obra discute como a memória se constitui em contributo para a Ciência da Informação. Dividida em dez artigos, os textos problematizam as relações entre memória, informação e Ciência da Informação. tensionamentos à relação entre “Arquivo e Memória” na medida em que refletem acerca da preservação da memória, enquanto conjunto de informações registradas e representadas em documentos. Questões relativas a que formas de preservação da memória vem sendo realizadas nessas instituições, bem como as relações de poder engendradas nos arquivos é preocupação do estudo. Para desvelar tais questões, aprofundam a discussão ao trazer o esquecimento como um dos atributos da memória, destacando a formação da memória de um povo, de um lugar, dando luz a formas de lembrança e esquecimento. Nessa linha de intelecção, ao explanar a distinção e os limites entre moderno e pós-moderno, as autoras enfatizam tais diferenciações e assumem o quanto a pós-modernidade indica o rompimento de paradigmas pautados na

verdade e na razão; paradigmas esses concebidos pela ciência. Destacam ainda que paradigma pós-moderno admite uma maneira diferente de ver o mesmo objeto, dependendo das escolhas eleitas pelo pesquisador, de tal maneira que não se trata de melhores ou piores escolhas, e sim acepções diferentes dependendo de quais contextos devam ser considerados.

No segundo artigo, Carlos Xavier Azevedo Netto e Vera Dodebei partem de uma contextualização histórica e cultural e abordam aproximações conceituais sobre como memória e informação eram tratadas tradicionalmente de forma isolada. Tendo como referência a trajetória do GT 10 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil, observam o impacto dos estudos culturais na Ciência da Informação, ao discutir a relação entre memória e informação, tendo por referência as incidências de trabalhos sobre o tema nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. De acordo com os autores a “[...] a Ciência da Informação que se ocupava apenas com documentos científicos passa a ter interesse nos objetos produzidos no cotidiano das relações sociais” (NETTO; DODEBEI, 2017, p. 55). As inflexões conceituais entre memória e Ciência da Informação, conforme afirma Dodebei, podem ser consideradas artefatos consumidos e produzidos pelo homem, sendo a memória um dos elementos necessários à construção do conhecimento.

No artigo que segue, intitulado “Memória na Ciência da Informação: uma análise da produção científica brasileira”, Eliane Braga de Oliveira, Georgete Medleg Rodrigues e Raissa Mota Castro realizam uma análise sobre a produção científica brasileira do tema memória. Destacam que a memória, enquanto construção social, catalisa processos que engendram novas categorias como a memória digital e a memória virtual, bem como as relações entre memória e esquecimento que indicam novas interfaces com a Ciência da Informação. Como resultado do estudo acentuam convergências e divergências discursivas na academia, advindas das relações disciplinares entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Estabelecem três categorias de memória provenientes da conjunção entre contribuições teóricas de Paul Otlet e Vannevar Bush, e dados empíricos obtidos nas análises da produção científica. Concluem neste estudo, que as tendências na área, que a categoria memória social é privilegiada dentre as pesquisas realizadas.

As relações e interdependências entre memória, informação e Ciência da Informação são discutidas por Fernanda Ribeiro observando a indissociabilidade desses conceitos. Uma vez que essa interdependência remete à dimensão cognitiva do ser humano. Em razão do caráter multifacetado e polissêmico do conceito de memória, é necessário interpretá-la utilizando aportes de diferentes áreas do saber, o conceito de informação, por sua vez pode ser passível de várias definições e abordagens que vão desde a Teoria Matemática da Informação, de Shannon e Weaver, até as teorias sócio construtivistas. A memória então, é entendida como fenômeno humano e social derivado de subjetividades e interações entre os indivíduos. Nesse sentido, o binômio memória-informação se consagra como um paradigma histórico-científico, sendo a memória concomitantemente registro e conjunto de valores culturais.

Em “o campo informacional e a memória social”, Lídia Silva de Freitas trata a representação social dos profissionais da informação, observando como se

percebem e como são percebidos. A autora discorre sobre a falta de reconhecimento social deste profissional, especialmente no que se refere à sua intervenção em debates sociais, assim como os estereótipos associados ao profissional da informação. Diante de tais considerações, propõe, reflexões e articulações ancorados no conceito de memória social enquanto processo sócio-histórico e resultado das relações de dominação e resistências. Ainda traça um percurso histórico sobre a visibilidade do profissional da informação e as suas interações no campo informacional, discorrendo sobre algumas hipóteses para a invisibilidade constatada, tais como estereótipos ligados a esses profissionais, a sua construção histórica e conseqüentemente sua imagem social. Com o intuito de sustentar as reflexões acerca do quadro apresentado, traz alguns fundamentos, como as bases sociais da profissão, o lugar social que este grupo ocupa e, por fim, as possibilidades de reversão desse lugar para um olhar político-cultural. Conclui o ensaio sobre a necessidade de mudança na abordagem, nos discursos e nas práticas para que obtenham um respeito real e alcancem a merecida visibilidade social.

Maria Manuela Moro Cabero elabora inusitada discussão no texto intitulado A preservação da memória coletiva. A autora parte da noção de memória coletiva e disserta, sobre o comportamento dos arquivistas referente à conjuntura atual da sociedade, concebendo tais comportamentos como processos adaptativos, mediando a informação contida nos textos em relação a contextos com novas dinâmicas sociais. Discute o conceito de patrimônio digital e sublinha que a formação desse patrimônio se estabeleceu a partir de uma diversidade de materiais digitais e os quais dispõem de requisitos para a sua preservação de acordo com categorias e padrões estabelecidos. Cabero apresenta as definições encontradas sobre a preservação de recursos digitais, identificando elementos comuns a devem ser considerados na concepção de preservação digital. Ainda neste ensaio, descreve um comparativo entre os critérios de preservação tradicional e digital, evidenciando suas incongruências. O texto traça os fatores de risco para o patrimônio digital, bem como os obstáculos para a sua preservação, sugerindo também um plano de atuação para a preservação deste patrimônio. Conclui que a necessidade dos arquivistas reconstruírem, nesse contexto de informações polimórficas e polissêmicas, um serviço de arquivo que lhes proporcione a devida visibilidade, significação e importância social.

No sétimo artigo, é destacada a memória organizacional, seus processos históricos, conceitos e a estrutura que gera Texto de autoria de Maurício Barcellos Almeida apresenta um breve histórico sobre os estudos sobre a memória e disserta sobre a Memória Organizacional (MO). Nos processos operacionais, vários exemplos de memória se evidenciam, desde os registros armazenados até a história de fatos ocorridos na memória dos funcionários. Salienta, o autor, no entanto, a complexidade da pesquisa que envolve a memória organizacional, pois diz respeito à definição do conhecimento organizacional para então armazená-lo. Um dos destaques trazidos por Almeida está relacionado ao sistema de gerenciamento do conhecimento. Aponta as estruturas que compõem a memória organizacional, como o entendimento dos indivíduos, suas rotinas e interações; o registro do conhecimento, as formas de organização. Tais estruturas, envolvem ainda os processos de aquisição, retenção e recuperação da informação no ambiente organizacional, além de influenciar o comportamento dos indivíduos e sua relação

com o ambiente. Conclui que as diversas abordagens trazidas para conceituar e memória organizacional ocorrem na sua dimensão conceitual, operacional e na interação das tecnologias gerando amplas e diversificadas possibilidades de pesquisa.

Intitulado “memórias em sistemas complexos” o estudo teórico traça a origem do pensamento ocidental, ao considerar zonas de convergências relativas a desordem como elemento fundante da evolução. Aborda aspectos linguagem, que por sua vez, produz memórias semipermanentes e intercambiáveis. Destas trocas, novas experiências e novos conhecimentos são edificados pelos indivíduos. Assim, a linguagem falada e escrita é determinante no desenvolvimento humano ao dar sentido e representar objetos e modos de vida. Tais representações, foram propulsoras no avanço da sociedade, e, conseqüentemente também se manifestou nos avanços da ciência, suscitando a ampliação, aprofundamento de questões e a buscas por respostas condizentes com os novos problemas. Assim, novos contextos e inusitadas formas de colonialismo se projetaram nos bens e patrimônios culturais, redimensionando os fenômenos informacionais. Conclui que os sistemas memoriais são “um conjunto de organizações e aparelhos de missão memorial (bibliotecas, arquivos, museus) que interagem com o objetivo comum de resgatar, tratar e preservar o patrimônio memorial em benefício das sociedades atuais e vindouras” (p. 263).

O penúltimo artigo traz contributos para a Arquivologia, na gestão dos arquivos e na produção de conhecimentos para a área. Paulo Roberto Elian dos Santos faz as suas afirmações a partir da sua experiência de pesquisa e gestão no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). Seu objeto de estudo parte da organização dos arquivos produzidos pela atividade científica, especialmente na área das Ciências Biomédicas e da Saúde. O tratamento técnico dos arquivos, bem como os seus desafios é discutido através da perspectiva pragmática dos padrões e procedimentos para a organização dos arquivos, propondo uma abordagem inovadora, que contribua com novos critérios metodológicos referente ao tratamento dos documentos. Destaca que estes, os arquivos são, ao mesmo tempo, lugar de produção e de conservação dos documentos. Detalha os processos e as atividades científicas, como produtos de ensino e pesquisas e destaca algumas iniciativas de preservação dos arquivos. Amplia a discussão sobre as normativas para os documentos gerados pelas atividades científicas, bem como seus resultados.

O artigo que finaliza a obra intitulada “Memória: interfaces no campo da informação” disserta sobre a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, trazendo inicialmente a formação dos arquivos públicos como resultantes da própria formação do Estado e amplia a reflexão sobre a seleção da documentação a ser considerada como oficial, assim como a influência do contexto político nas práticas informacionais. Estabelece a relação entre acervos e a “memória oficial registrada”, demonstrando as relações de poder instituídas a partir dos registros contidos nos documentos. Destaca o contexto histórico-político nas práticas informacionais, no que se refere à criação, uso e preservação dos documentos. Por fim, contextualiza a relação entre o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Distrito Federal.

A leitura da obra proporciona, a partir das distintas nuances encontradas

nos textos, discussões acerca da importância da memória enquanto manifestação que transcende aquilo que é produzido, proeminente ou silenciado. Viabiliza tensionamentos sobre a informação e sua fugacidade em espaços virtuais, bem como a memória como possibilidade de autonomia para que indivíduos e grupos sociais reelaborem o tensionamento lembrança e esquecimento numa pretensa sociedade da informação.